

**DE NOVA LISBOA A
BRASÍLIA. A INVENÇÃO
DE UMA CAPITAL
(SÉCULOS XIX E XX)**

Laurent Vidal

Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009

Carlos Roberto Monteiro de Andrade

Professor Doutor do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo/São Carlos

O cinquentenário de Brasília, completado no ano passado, suscitou a publicação de novos títulos sobre nossa já não tão Nova Capital, ampliando, assim, a historiografia sobre aquela que talvez tenha sido a realização mais emblemática do urbanismo moderno, não apenas em plagas tropicais, mas em âmbito internacional. Dentre os livros lançados, ainda em 2009, destaca-se o do historiador francês Laurent Vidal, que trata dos projetos de mudança da Capital que antecederam a construção da cidade, desde sua primeira formulação no início do século XIX, até os planos elaborados para o concurso de 1957, que resultou na escolha do plano de Lucio Costa e sua imediata implantação. Percorre, assim, um arco cronológico que vai da vinda para o Brasil da família real e boa parte da nobreza, até a inauguração da cidade, com a materialização – ainda que incompleta – do projeto e, portanto, seu fim.

O livro, publicado originalmente em 2002 (Paris: IHEAL Éditions, 344 p.), tem sua origem, como informa o autor em seu Prólogo, na sua tese de doutorado defendida na Universidade de Paris III em 1995 – sob orientação de Guy Martinière da Universidade de La Rochelle, onde Vidal é professor atualmente – intitulada “Um projeto de cidade: Brasília e a formação do Brasil moderno, 1808-1960” (tradução nossa). No entanto, no livro, Vidal amplia seu estudo, aprofundando as temáticas de três dos sete capítulos, de modo que temos “um trabalho bastante diferente da tese” (p.9), além de incluir uma bibliografia mais atualizada.

Como outros estudos recentes sobre Brasília feitos por pesquisadores estrangeiros, este de Vidal também procura iluminar questões que a historiografia nacional sempre tergiversou, como a da construção do mito da Nova Capital e, em especial, nesse sentido, a contribuição da arquitetura e do urbanismo modernistas, bem

como o papel de Juscelino Kubitschek, que apenas recentemente têm sido revistos. A epopeia nacional que foi a construção de Brasília, vivida como tal por muitos de seus construtores – Oscar Niemeyer foi um dos que se entregou de corpo e alma a essa epopeia, ao lado de tantos outros, todos se vendo como candangos em um canteiro de obras que estava longe de ser uma utopia –, contamina ainda hoje as análises de autores brasileiros, de tal modo que sempre foram poucas e restritas as críticas a Brasília, e quando existiram, foram rapidamente postas de lado.

Lembremos, nesse sentido, as críticas aguçadas e pertinentes de Gilberto Freyre, que desancavam as justificativas dos defensores do plano de Lucio Costa, incluindo o próprio, em relação à ausência de uma abordagem em escala regional, mas que não encontraram maiores ressonâncias. Não é de hoje que um certo descompromisso do olhar estrangeiro permite uma visão mais crítica sobre a arquitetura e o urbanismo de Brasília. Já em fins dos anos 1950, diversas vezes, sobretudo italianas, manifestavam pontos de vistas destoantes da unanimidade nacional. De Bruno Zevi, com seu discurso ácido e pouco gentil, a Giulio Carlo Argan, estocando sutilmente a genialidade criativa de Niemeyer, foram diversas as críticas dos italianos à arquitetura e ao urbanismo de Brasília, em especial em 1959, por ocasião do Congresso Internacional Extraordinário de Críticos de Arte. Em relação ao urbanismo, vale destacarmos as consistentes críticas de Cesare Chiodi em seu último texto – “Brasília (impressões urbanísticas)”, de 1969 – na mesma linha daquela de Freyre, interpelando a ausência de uma perspectiva regional no plano de Costa.

No entanto, Vidal, ao contrário daqueles críticos do calor da hora, esgrimando argumentos no ardor de polêmicas, disputas políticas e estéticas, busca realizar um trabalho de historiador, distanciado dos acontecimentos, até por conta de sua situação como estrangeiro. Assim, sua investigação apresenta uma perspectiva claramente genealógica das propostas de construção de uma nova capital para o Brasil. Procura reconstituir o percurso de século e meio (1810 a 1960), em que registra seis momentos de formulação do projeto de mudança da Capital, procedendo à análise de cada um deles, relacionando-os a seus contextos históricos específicos, mas também ao “mesmo número de ambições políticas e sociais diferentes” (p.17). O primeiro momento de

invenção da Capital assinalado por Vidal foi quando da presença da corte portuguesa no Rio de Janeiro, e nele o autor destaca a proposta do Conselheiro Antônio Rodrigues Veloso de Oliveira, incluída na sua “Memória sobre o Melhoramento da Província de São Paulo”, apresentada em 1810 ao Príncipe Regente Dom João, e publicada em 1822 pela Tipografia Nacional. Apesar de sua posição destacada na administração real, em uma colônia com $\frac{3}{4}$ da população negra e em pleno regime escravista, o Conselheiro Oliveira propunha a liberdade do ventre 60 anos antes da Abolição. O mesmo espírito vanguardista, presente no projeto do Conselheiro ainda sob o jugo colonial, para a criação do que seria a Capital de uma corte exilada, reaparece durante o período da Independência por meio de José Bonifácio, já com forte marca iluminista. Tratava-se, então, de construir uma cidade das Luzes, com o nome de Pedrália.

Um terceiro momento que Vidal assinala é o do projeto elaborado no período Imperial pelo diplomata e historiador Francisco Adolfo de Varnhagem para o que seria a Cidade Imperatória. Com o advento da República, temos outro momento, no qual a transferência da Capital é inscrita na Constituição e se cria uma comissão para determinar o local daquela que se chamaria Tiradentes. Durante o Estado Novo, a ideia é retomada com o plano de Theodoro Figueira de Almeida para a construção de Brasília, “a cidade histórica da América”, em 1930. Em 1955 é formulado o projeto de Vera Cruz pela equipe de arquitetos e engenheiros da comissão encarregada da localização da Nova Capital, coordenada pelo Marechal José Pessoa. Como as propostas anteriores, esta também não vingou, mas, em 1957, sob o Governo do Presidente Juscelino Kubitschek, um concurso de projetos resulta na escolha do plano do arquiteto Lucio Costa e, finalmente, Brasília é construída, e inaugurada em abril de 1960. Completa-se então o ciclo de invenção da Nova Capital. E, como destaca Vidal na sua conclusão: “O fim do projeto retira toda a dinâmica de Brasília”. A epopeia durara três anos e pouco, em um processo acelerado de construção preocupado apenas com a data da inauguração marcada previamente.

Antes de enveredar pela história da invenção de Brasília, Vidal assinala uma questão de método, sem, no entanto, aprofundá-la. Partindo da pergunta “para que serve uma cidade quando ela não existe?” (p.11),

Vidal demarca seu interesse pelo “tempo da cidade como projeto” e, portanto, pelos projetos de cidades. Mas, ao se referir à historiografia, a esse respeito menciona apenas Lavedan, Benevolo, Reys e Tafuri, lançando a todos no mesmo fosso teórico, e afinando-se com Jean-Claude Perrot em seu “juízo bastante duro dessa metodologia” (p.12), do qual menciona seu importante trabalho sobre Caen. Vidal pretende construir o objeto “projeto de cidade” no campo da história urbana, alinhando-se à historiografia urbana francesa que vai do período dos *Annales* e do legado de Braudel, no início dos anos 1970, aos trabalhos de Bernard Lepetit – orientando de Perrot, por sinal – até meados dos anos 1990, com o desaparecimento súbito de Lepetit. Vendo aí uma nova abordagem da história urbana, Vidal quer desvelar, por trás da cidade em projeto, não apenas uma manifestação utópica, mas “o estado de uma sociedade, suas ambições, suas angústias, também suas capacidades, suas sensibilidades” (p.13). Vale dizer, Vidal se alinha aos estudos em que a cidade deixa de ser contexto material ou cenário da história para ser apreendida como protagonista da história.

Percorrendo os diversos momentos da invenção da Nova Capital, de Nova Lisboa, passando por Cidade Pedrália, Imperatória, Tiradentes, Vera Cruz, até Brasília, Vidal aponta no projeto de cidade, enquanto projeto de sociedade, tanto um símbolo de integração social, quanto uma “vocalização identitária”, ou, como afirma: “O projeto de cidade é, dessa forma, o vetor de uma refundação nacional” (p.288). Como forma material, mas também como forma simbólica, a cidade, em sua forma primeira, “sua forma projetada”, só pode ser conhecida de modo mais aprofundado a partir de enfoques políticos e culturais, nos seus cruzamentos, como pretende fazer Vidal em relação a Brasília. Finalizando seu livro, Vidal explicita sua abordagem em dois tempos de um projeto de cidade, “indo da sociedade para a cidade, e da cidade para a sociedade” (p.289).

Sem dúvida, a reconstituição de um processo de projeção que se desenrola ao longo de século e meio, cujos projetos de nova capital surgiam “em momentos de transição ou de ruptura, de questionamentos das relações sociais e culturais que fundamentam a coletividade e a identidade nacionais” (p.288), apesar de certo viés estruturalista, permitiu a Vidal iluminar os principais momentos de invenção de Brasília. Algumas lacunas, no entanto, precisam ser apontadas.

Vidal aborda a construção de Brasília de modo bastante superficial, até porque não é esse exatamente seu objeto de estudo. No entanto, o esquecimento das péssimas condições de trabalho no canteiro de obras, bem como da brutal repressão da polícia – criada especialmente para vigiar e controlar os operários – às tentativas de revolta contra uma situação muitas vezes insuportável para os trabalhadores, impedem, assim nos parece, o aprofundamento dos objetivos do estudo de Vidal. Outra lacuna do livro é não mencionar a realização em Brasília, mas também em São Paulo e Rio de Janeiro, em 1959, do Congresso Internacional Extraordinário de Críticos de Arte, cujo tema foi “Cidade Nova: síntese das artes”. Fundamental para a divulgação e, principalmente, reconhecimento e aprovação em âmbito internacional do projeto de Brasília, entendemos que esse evento mereceria ser analisado em uma tese que procure desvendar o processo oficial de mitificação de Brasília.

Também o projeto da engenheira Carmem Portinho, de 1936, para uma nova capital do Brasil, foi deixado de lado por Vidal, embora tenha sido pioneiro em incorporar os princípios corbusianos no âmbito da cultura urbanística moderna no Brasil. E, ainda, o papel desempenhado pelo Escritório Coimbra Bueno nos anos 1940-50, em insistir para que a mudança da capital se fizesse para território goiano, tampouco foi tratado por Vidal.

Por outro lado, há passagens do livro de Vidal, como, na sua conclusão, aquela referente ao movimento “Rio Capital”, em que confere peso desmedido a um determinado fato – no caso, tal movimento que, convenhamos, não foi muito além das areias entre as praias de Leblon e Copacabana. Fica então o tom de um olhar estrangeiro, de quem vive nossa história de outro ponto de vista, acentuando em demasia uma manifestação pontual e localizada, conferindo um caráter universal a um localismo. É esse mesmo olhar estrangeiro, desprezado, mas atento, sobretudo, à documentação existente, que também vai permitir a exploração de novas questões historiográficas sobre Brasília, contribuindo, assim, para a desconstrução de um mito que marcou a história do Brasil e balizou toda a cultura arquitetônica e urbanística do País.

Os inventores de Brasília talvez não pudessem imaginar que sua cria chegaria em seu cinquentenário como a quarta maior cidade brasileira em população,

tendo crescido mais de 20% na última década. Tal crescimento avassalador, para uma cidade que, ainda canteiro de obras, registrava em julho de 1957 apenas 6.283 moradores, tem se dado, sobretudo, nas cidades satélites. É nelas que um capitalismo selvagem prospera, nas barbas do Poder, ao arrepio das leis, ocupando e devastando áreas de preservação ambiental, construindo ilhas da fantasia da especulação imobiliária com seus condomínios-presídios, alcançando elevados graus de violência urbana em todos os seus sentidos, das carências dos serviços públicos à criminalidade sem peias. Nesse quadro de capitalismo urbano primitivo, marcado por casos de corrupção e prisões de autoridades públicas em pleno ano do cinquentenário, as comemorações foram pálidas e, mesmo no meio acadêmico e profissional da arquitetura e do urbanismo, poucas foram as manifestações. O livro de Vidal ajuda, assim, a desfazer-nos de certas interpretações apologéticas de Brasília, vendo na cidade modernista seus sentidos mitificadores e, nos discursos de muitos de seus personagens, cargas semânticas marcadamente ideológicas, quando não sustentados por legitimidade divina, que ainda impregnam nossa historiografia.

Para encerramos esta resenha, citemos o refrão do novo “hino” para a cidade em seu cinquentenário, feito pelo *rapper* GOC a pedido do jornal *Folha de São Paulo*, e chamado “Outros 50!”:

“Brasília outros 50, Brasília outros 50!
O que isso realmente representa?
De olho no presente, super concentrado
Por um futuro bem melhor que o passado
Romper é dar basta ao que nos acorrenta
Educação a principal ferramenta
Liberta, refrigera, acelera a missão
Outro Plano bem bolado vem de ‘Fora do Avião’”